

Loulé



O fim da canalhocracia, inauguração do caminho-de-ferro e do telégrafo e o interregno histórico

1856

A oposição é uma condição essencial dos governos representativos, e todo o ataque que se lhe dirige é um ataque que vai recair sobre as próprias instituições

(D. Pedro V, quando recusa a Saldanha uma formada de pares)

Excêntrico, sem ambições, voltou aos seus estudos...como não chegara a governar, como não vira desmanchar-se-lhe nas mãos a sua quimera liberal, ficou pensando que a liberdade era excelente, apenas detestáveis os seus sacerdotes

(Oliveira Martins, sobre Alexandre Herculano).

● **Fim da guerra da Crimeia** – A maçonaria cria a *Associação Promotora de Educação Popular* (15 de Março), com a inspiração de António Feliciano de Castilho. Henriques Nogueira (1825-1858) publica *O Município no Século XIX*, obra fundamental para a posterior doutrinação republicana, onde reconhece que *o Estado tributa e consome; o país contribui e definha. O expediente dos mais simples negócios dilata-se e complica-se. O número dos empregados públicos cresce: o dos funcionários gratuitos diminui. A massa dos impostos, repartida por quem não sabe o que eles custam, é prodigamente gasta.* Destaque para Francisco António Fernandes Ferrão (1798-1874) que edita a *Theoria de Direito Penal*. Alexandre Herculano começa a publicar os *Portugaliae Monumenta Histórica* e é ofendido por Rodrigo da Fonseca quando este nomeia um seu inimigo pessoal, Costa Macedo, para guarda-mor da Torre do Tombo. Apesar de tudo, o historiador tem o apoio expresso de Oliveira Marreca, António Serpa e Rebelo da Silva. Termina a guerra da Crimeia com o Tratado de Paris de 30 de Março, com a Inglaterra, a França e a Áustria a garantirem a independência da Turquia, enquanto o czar Alexandre II concede amnistia aos rebeldes polacos. O Natal passa a colónia inglesa, reconhecendo-se os poderes de uma assembleia eleita e no Transvaal organiza-se uma República Sul-Africana, com Marthinus Pretorius. Já a frota inglesa bombardeia Cantão (3 e 4 de Novembro), surgindo também uma guerra entre a Inglaterra e a Pérsia. Em Espanha termina a década moderada, começando o chamado biénio progressista, com o governo de Espartero. Segue-se a Constituição de 1856, elaborada por nova constituinte eleita em 1854. É a *nonata*, porque, apesar de aprovada, nunca entrou em vigor. Alexis de Tocqueville publica *O Antigo Regime e a Revolução*, onde critica nos intelectuais políticos a sua falta de experiência e a sua tendência para propalarem ideias gerais que levam a extremismos simplicistas.

● **As duas opiniões do partido progressista**
– *O partido progressista dividiu-se em duas opiniões, uma sustentando o governo, a outra guerreando-o; mas tanto uns como outros procedem leal e sinceramente: os que*

estamos ministeriais, creio que não temos sustentado mal o governo; e os que fazem oposição são tão cavalheiros, tão generosos como o meu amigo (Passos). Isto quer dizer que o partido progressista é hábil para

governar e para fazer oposição...o partido progressista é um partido apto para todas as funções da vida pública (intervenção de José Estêvão na Câmara dos Deputados de 11 de Fevereiro).

●**Saldanha contra Costa Cabral** – Discussão na Câmara dos Pares entre Saldanha e António Bernardo da Costa Cabral, durante três horas (16 de Fevereiro).

●**Queda do governo de Saldanha** – D. Pedro V recusa a Saldanha uma fornada de vinte pares (Junho). Porque seria *criar uma tirania sob o aspecto exterior da legalidade*. O governo, não tendo maioria na câmara alta, invoca a necessidade de apoio para a aprovação de um empréstimo de dezasseis mil contos negociado junto de Londres por Fontes Pereira de Melo. E Saldanha que *boiara sempre à mercê dos acontecimentos*, vai *dar rótulo* a muitas companhias, dado que *sonhava fortunas, dividendos, riqueza para toda a sua família de pedintes* (Oliveira Martins). O rei reflecte, considerando que *a ocasião oferecia uma grande oportunidade para mostrar ao país que eu não tinha medo de ninguém*.

●**Rei prefere a gente antiga** – *O temperamento melancólico e pessimista do novo rei preferia esta gente antiga* (de Loulé, seu tio-avô) *aos regeneradores modernos e moços, cujo materialismo não agradava à metafísica régia* (Oliveira Martins). O rei tenta, no entanto, que formem governo Lavradio, Joaquim António de Aguiar, Passos Manuel, Passos José e o visconde da Luz (Velez Barreiros).

●**Governo nº 23 de Loulé** (1014 dias, durante quase três anos, desde 6 de Junho). O primeiro governo dito histórico, mas antes do partido se estruturar e sob a presidência de alguém que era independente e que não fazia parte das sementes organizacionais do partido, reunindo gente das duas facções do chamado partido progressista histórico. O começo da alternância, com a oposição a cinco anos de um situacionismo, marcado por Rodrigo da Fonseca e Fontes Pereira de Melo.

●Assume o poder um grupo de dez personalidades, incluindo dois antigos militantes do cabralismo, a partir de 1857, que se identifica em torno de um programa político, mas que vai ser abalado pela questão clerical, pelo conflito com a França,

por causa do apresamento da barca *Charles et George* e pela crise sanitária da difteria.

●O presidente, D. Nuno José Severo de Mendonça de Moura Barreto (1804-1875), 2º marquês e 1º duque de (desde 1862) Loulé, bem como 9º conde de Vale dos Reis, começa por acumular apenas os estrangeiros; logo em 25 de Junho de 1856 passa a acumular as obras públicas, até 14 de Março de 1857; desde esta data acumula os estrangeiros e o reino. José Jorge Loureiro na guerra e na fazenda (até 23 de Janeiro de 1857). Júlio Gomes da Silva Sanches no reino, mas por ausência deste, a pasta é interinamente assumida por Loulé até 25 de Junho de 1856. Elias da Cunha Pessoa nos negócios eclesiásticos e justiça (até 14 de Março de 1857). É juiz da Relação de Lisboa. Sá da Bandeira na marinha e ultramar e nas obras públicas (até 25 de Junho de 1856). Sá da Bandeira é sempre ministro da marinha, mas acumula as obras públicas até 25 de Junho de 1856 e a guerra desde 23 de Janeiro de 1857. Silva Sanches começa no reino, acumula com a fazenda, desde 23 de Janeiro de 1857, e fica apenas na fazenda desde 14 de Março de 1857. Em 25 de Junho de 1856: Sá da Bandeira cede as obras públicas a Loulé (até 14 de Março de 1857). Júlio Gomes da Silva Sanches assume efectivamente a pasta do reino (até 14 de Março de 1857)

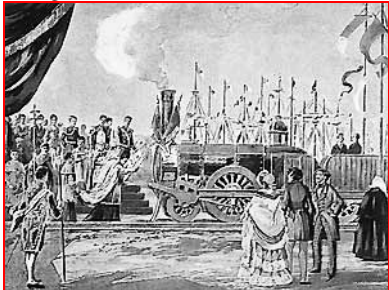
●**Partido (Progressista) Histórico** – Reúne em 4 de Agosto uma assembleia do partido progressista histórico, para discussão do projecto de manifesto eleitoral. A presidência cabe a Francisco António de Campos, tendo como vices o conde de Rio Maior, Faustino da Gama, Joaquim Filipe Soure, Ferreira Pestana, Velez Caldeira e o visconde de Fonte de Arcada. Na comissão de redacção do manifesto, Alexandre Herculano, António Cabral de Sá Nogueira, Basílio Teixeira de Queirós, Alberto Carlos Cerqueira de Faria e Velez Caldeira. Na comissão eleitoral permanente: Sá Nogueira, Anselmo Braamcamp, Holtreman, Manuel de Jesus Coelho e Serpa Pimentel. O manifesto é emitido a 5 de Setembro. Em 26 de Outubro fazem umas primárias em Lisboa, no sentido da escolha dos respectivos candidatos a deputados, participando cerca de mil pessoas.

●**Partido (Progressista) Regenerador** – Pelos anteriores governamentais, alinha José

Luciano de Castro, com o apoio do jornal *A Revolução de Setembro*, mobilizando José Estêvão, Rodrigues Sampaio, Casal Ribeiro, Joaquim António de Aguiar e Alberto António Morais de Carvalho. A reunião constitutiva do grupo que há-de corporizar-se no partido regenerador, mas que ainda se diz Partido Progressista, tem lugar em 14 de Setembro, no Teatro de S. Carlos, em Lisboa.

●**Partido cartista** – Em 27 de Agosto, o partido cabralista apresenta a sua comissão eleitoral de Lisboa, com António José de Ávila, marquês de Fronteira, marquês de Valada, José Marcelino de Sá Vargas e Correia Caldeira. Tem o apoio do jornal *Imprensa e Lei*. No dia 3 de Setembro emitem o respectivo manifesto eleitoral. Em 2 de Outubro surge o centro eleitoral do Porto.

●**Partido legitimista** – Miguelistas reúnem em 18 de Agosto no palácio dos viscondes de Manique em Lisboa. Decidem ir às urnas. Têm o apoio do jornal *A Nação* e são suportados subterraneamente pela Ordem de S. Miguel da Ala.



●**Bancos, telégrafo, escravos e caminhos-de-ferro** – Carta de lei autoriza a criação do Banco Mercantil. Até então, apenas estavam em actividade o Banco de Portugal, em Lisboa, e o Banco Comercial do Porto (16 de Junho). Começa a funcionar uma linha telegráfica entre Lisboa e o Porto (18 de Julho). Liberdade para os filhos dos escravos nascidos no ultramar, depois de atingirem os 20 anos (24 de Julho). Tem lugar a inauguração solene do caminho-de-ferro entre Lisboa (Santa Apolónia) e o Carregado, com o cardeal-patriarca de Lisboa a abençoar as carruagens (28 de Outubro).

●**Epidemias** – Surge a epidemia de febre amarela (Agosto). Já a de cólera instala-se e

difunde-se. De Outubro de 1855 a Novembro de 1856, só em Lisboa, há 3 275 mortos.

●**Revolta das subsistências**, por causa do mau ano agrícola (no Outono de 1855, grandes chuvadas e cheias). Manifestação em Lisboa contra a alta do custo de vida, numa das primeiras revoltas dos abastecimentos. Tumultos e assaltos a lojas. Autorizadas importações de géneros alimentícios (8 de Agosto).

Prog. 62 (72%)	162 dep.	Regen. 41 (25%)
		Mig. 5

●**Eleição nº 14** (9 de Novembro). Vencem os governamentais, ditos *progressistas históricos*, em torno de uma Comissão Eleitoral Progressista, com 62 deputados (72%).

●Emitido o manifesto da *comissão eleitoral progressista de Lisboa* (5 de Setembro). Já antes, em 3 de Julho, *O Portuguez* anunciara que o *partido progressista* lançaria em breve o respectivo programa, contrariamente do que fazia o grupo de Rodrigo e Fontes, que nunca tivera um programa formal.

●Oposição de elementos do anterior situacionismo, ditos *progressistas regeneradores*, 41 deputados (25%).

●5 deputados miguelistas que não chegam a prestar juramento de fidelidade (António Pereira da Cunha, por Viana, José Magalhães Vilas Boas e Dionísio José Barroso, por Barcelos, Francisco Hilário Brito, por Braga, e Francisco Manuel de Vasconcelos, por Torres Vedras).

●**Visconde de Santarém** – *Este estimável cavalheiro, que tanto tem honrado o nosso país com as suas publicações que o tornaram notável entre os sábios da Europa* (observação de Lavradio sobre o inimigo político, o 2º Visconde de Santarém, teórico miguelista falecido em 1856).

☞ Bonifácio, Maria de Fátima (2002): 64; Chagas, Manuel Pinheiro/ Gomes, Marques (XII): 74, 97-101, 106-109; Ferrão, Almeida (1963): 346; Martins, Joaquim Pedro d'Oliveira (1881, II): 237, 278, 279; Paixão, Braga (I): 27; Peres, Damião (1935, VII): 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341; Sardica, José Miguel (2001): 190, 193, 194, 195, 197 ss., 201, 207; Serrão, Joaquim Veríssimo (IX): 29, 30, 31, 32; Serrão, Joel (1970): 149.

☞ Da esquerda

Progressistas históricos

- Baseiam-se na Comissão Eleitoral Progressista de Lisboa, liderada por Alexandre Herculano.
- Mobilizam os resíduos de certa memória setembrista, contra o clientelismo de Rodrigo e de Fontes, e a respectiva *política da empregadagem*. Entre os mais destacados militantes da ideia, Manuel de Jesus Coelho, Sousa Brandão, Oliveira Marreca, Santana e Vasconcelos, Anselmo Braamcamp e Velez Caldeira. Alexandre Herculano alinha no grupo.
- Em 1857 passam a integrar dois antigos cabralistas: António José de Ávila e Carlos Bento da Silva.
- Neste ano, afastam-se do governo os liberais mais anticlericais, como Vicente Ferrer Neto Paiva, contrário à Concordata.

Para a direita ☞

Progressistas regeneradores

- Marcados pelo clientelismo situacionista de Rodrigo da Fonseca e Fontes Pereira de Melo, recobrem-se com um discurso político que invoca a necessidade de *progressos materiais*.
- Apesar de estarem na oposição, ainda vencem as eleições em Lisboa, onde conseguem 8 dos 11 lugares em disputa.

Miguelistas

- Os cinco deputados eleitos não tomam posse, dado que recusam prestar juramento (António Vieira da Cunha, José Mendes Vilas Boas, Diogo Barroso, Hilário Ribeiro e Francisco Almeida de Vasconcelos).
- O grupo mobiliza o conde de Pombeiro, o marquês de Abrantes, o poeta João de Lemos, Seixas de Lacerda, Carlos Zeferino Pinto Coelho (1819-1893), conde de São Lourenço, Estêvão Palha, Azevedo e Lemos, Siqueira Freire e visconde da Juromenha.
- D. Miguel casa em 25 de Setembro de 1851 com a princesa D. Adelaide Sofia de Lowestein. Passa a residir em Bronbach. Em 19 de Setembro de 1853 nasce o primeiro filho do casal, D. Miguel.